

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem é desafio para famílias

O Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) é uma condição que interfere no neurodesenvolvimento e afeta diretamente a capacidade de comunicação, gerando dificuldades na fala, compreensão, interação social e aprendizagem escolar. Os impactos podem ser semelhantes aos observados no autismo, mas a prevalência é maior. Segundo a médica otorrinolaringologista e foniatra Fernanda Correia Bahia, enquanto o Transtorno do Espectro Autista acomete 1% da população, o TDL atinge 7,5%. A falta de conhecimento sobre o transtorno tem levado a erros de diagnóstico e atrasos na intervenção adequada.

De acordo com a especialista, são fundamentais o diagnóstico e o tratamento conduzidos por médicos fonoatras e fonoaudiólogos. Com intervenções adequadas, há uma melhora significativa na comunicação.

A fonoaudióloga Ecila Paula Mesquita, do Movimento Passo a Passo pelo TDL, afirmou que o transtorno já configura um problema de saúde pública. “O Reino Unido tem muitas pesquisas sobre TDL que mostram alto índice de uso de drogas, depressão e tentativas de suicídio entre adolescentes com o transtorno. Por que não temos estudos no Brasil? Porque o TDL nem é reconhecido”, afirmou a profissional.

A médica Fernanda Correia Bahia explicou que crianças com TDL têm 12 vezes mais chance de desenvolver transtornos de aprendizagem. Ela lembrou que, em 1980, a condição era chamada de Distúrbio Específico de Linguagem e que, a partir de 2016, passou a ser denominada Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem, a partir de um estudo britânico.

Entre os sinais de alerta, estão: pouco ou nenhum balbúcio até os oito meses; ausência de combinação de duas palavras aos 24 meses; linguagem não verbal deficiente; histórico familiar de problemas de alfabetização; dificuldade em compreender comandos simples entre três e quatro anos; e frases curtas e interação social precária entre quatro e cinco anos. Após os cinco anos, costumam ocorrer problemas para contar ou recontar histórias, dificuldades de leitura, vocabulário pobre e pouca compreensão de metáforas.

A fonoaudióloga Laura Nequini, da Secretaria Municipal de Saúde, reforçou que atrasos na aquisição e no desenvolvimento da linguagem têm sido frequentemente classificados como TEA. “Trazer essa temática à tona é de grande importância. Temos muito a avançar nesse campo”, concluiu.

Internet: <cmbh.mg.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “Trazer essa temática à tona é de grande importância”, o termo “de grande importância” exerce a função de complemento nominal do verbo “ser”, motivo pelo qual a substituição do adjetivo “grande” por **grandiosa** manteria a correção gramatical e a função sintática original.
- 2 No trecho “A falta de conhecimento sobre o transtorno tem levado a erros de diagnóstico”, a ausência do acento grave em “a erros” justifica-se pelo fato de o substantivo ser masculino, estar no plural e ser empregado em sentido genérico, sem a presença de artigo definido feminino que autorize a contração.
- 3 O texto defende que o Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem apresenta impactos equivalentes aos do Transtorno do Espectro Autista tanto em gravidade quanto em prevalência na população.
- 4 Em “são fundamentais o diagnóstico e o tratamento conduzidos por médicos fonoatras e fonoaudiólogos”, a flexão no plural do particípio “conduzidos” está correta, uma vez que ele se relaciona simultaneamente a “diagnóstico” e a “tratamento”.
- 5 No trecho “o transtorno já configura um problema de saúde pública”, a forma verbal “configura” é empregado com sentido equivalente a “caracteriza”.
- 6 No trecho “condição que interfere no neurodesenvolvimento e afeta diretamente a capacidade de comunicação”, a reescrita **condição que interfere no neurodesenvolvimento, afetando diretamente a capacidade de comunicação** preserva a correção gramatical e o sentido original do período.
- 7 Para publicação em rede social governamental, a reescrita do trecho “crianças com TDL têm 12 vezes mais chance de desenvolver transtornos de aprendizagem” como **crianças c/ TDL têm 12x + chance de desenvolver transtornos de aprendizagem** manteria a adequação ao contexto comunicativo digital oficial, respeitando os padrões de formalidade exigidos para a comunicação institucional em plataformas governamentais.
- 8 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, o segmento “pesquisas sobre TDL que mostram alto índice” poderia ser reescrito como **pesquisas sobre TDL às quais mostram alto índice**, dado que o pronome relativo concorda, em gênero e número, com seu antecedente e a preposição decorre da relação sintática estabelecida com o verbo subsequente.

Texto para os itens de 9 a 13.**Por que a voz muda ao longo do tempo?**

Se você ligar para alguém por telefone, em poucos segundos, será capaz de identificar se quem está do outro lado da linha é uma criança, um adolescente, um adulto ou um idoso. Por mais que cada voz seja única, todas elas passam por mudanças ao longo da vida e devem receber cuidados. Mas por que a voz muda com o tempo?

Em crianças a laringe (estrutura onde ficam localizadas as cordas vocais) tem um tamanho determinado. Conforme ela vai crescendo, também aumenta de tamanho, assim como as cordas vocais dentro dela. Essa transformação pode ser percebida principalmente durante a adolescência, quando há o estirão de crescimento, e o jovem passa pelo processo de “muda vocal”.

Nesse período, os adolescentes costumam ficar com a voz irregular, ora grave, ora fina. É o resultado da influência hormonal até que o “instrumento” seja “afinado”, e a voz se estabilize como a de um adulto.

Com o passar do tempo, no entanto, as cordas vocais perdem seu vigor assim como o restante dos tecidos e músculos do corpo. Isso também leva a alterações na voz, fazendo com que o idoso fale de forma menos potente e, eventualmente, até trêmula.

Por outro lado, além da ação hormonal e do próprio envelhecimento, existem fatores ambientais que podem ser agressivos para a voz. É o caso, principalmente, do cigarro.

O uso de anabolizantes, sem acompanhamento médico, também pode afetar a voz, inclusive de maneira permanente — mesmo após o abandono dos hormônios. O risco inclui os anabolizantes injetáveis, de via oral ou até em formato de pomada.

Na terceira idade, porém, é preciso acender o sinal de alerta frente às alterações na voz. Ainda que elas sejam comuns, muitas vezes, podem representar um problema mais grave ou, ainda, resultar em isolamento social.

Para evitar prejuízos à voz, é necessário evitar ou largar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool; hidratar-se constantemente; fazer períodos de descanso da voz regularmente, especialmente quem trabalha com ela, como cantores, professores e seminaristas; para quem tem refluxo, evitar alimentos que possam favorecer a ocorrência da doença, como aqueles muito condimentados, apimentados, cítricos ou gordurosos.

Internet: <drauziovarella.uol.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 No fragmento “É o resultado da influência hormonal até que o “instrumento” seja “afinado”, e a voz se estabilize como a de um adulto”, o emprego das aspas nos termos “instrumento” e “afinado” marca o uso de linguagem conotativa, estabelecendo uma analogia entre a voz humana e um instrumento musical que necessita de ajustes até atingir o tom adequado.
- 10 O texto enquadra-se predominantemente no gênero dissertativo-argumentativo, pois apresenta tese explícita e busca convencer o leitor por meio de argumentos avaliativos acerca do envelhecimento da voz, além de apresentar verbos na terceira pessoa.
- 11 A expressão “acender o sinal de alerta” constitui uma metáfora que estabelece analogia entre o ato de ligar um dispositivo luminoso de advertência e a necessidade de aumentar a atenção e a vigilância em relação às mudanças vocais, recurso estilístico que torna o texto mais acessível ao leitor leigo.

- 12 Caso o trecho “é necessário evitar ou largar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool” fosse reescrito para um *e-mail* institucional, a manutenção da forma impessoal “é necessário” atenderia às exigências de impessoalidade e formalidade próprias da comunicação oficial.
- 13 No que diz respeito à estruturação sintática do período, o emprego do acento grave em “Para evitar prejuízos à voz” é facultativo, uma vez que o termo subsequente é um substantivo feminino singular e está precedido de um verbo que aceita complemento sem preposição.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 14 O atributo da clareza não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se à necessidade de transparência e de compreensão imediata pelo cidadão, o que exige o uso de palavras simples em seu sentido comum, exceto em comunicações acerca dos assuntos técnicos.
- 15 Na elaboração de ofícios, a linha pontilhada é utilizada exclusivamente para indicar supressões de texto quando se reproduz dispositivo legal, não sendo aplicável para indicar a manutenção de texto em artigos alterados por atos normativos.
- 16 Em ofícios que contenham três ou mais parágrafos, a numeração deve iniciar desde o primeiro parágrafo, excetuando-se dessa contagem apenas o vocativo e o fecho.

Em um curral, havia 7 vaquinhas, entre elas as irmãs Marilu e Mimosa. À tarde, o fazendeiro escolheria exatamente 4 vaquinhas para irem ao pasto. A ordem de escolha não importava.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 17 O número de maneiras de escolher 4 vaquinhas dentre as 7 é menor do que o número de maneiras de escolher 3 vaquinhas dentre as 7.
- 18 O número de maneiras de escolher 4 vaquinhas dentre as 7, de modo que, pelo menos, uma das irmãs Marilu e Mimosa seja escolhida, é igual a 30.
- 19 A probabilidade de Marilu ir pastar, dado que Mimosa foi escolhida, é igual a 50%.

Em uma turma de formandos em fonoaudiologia, a comissão de formatura fez a etapa final de votação para escolher a banda da festa, com 3 finalistas: Bossa da Lapa; Samba do Arpoador; e Pagode do Méier. Nessa etapa, cada participante escolheu exatamente 2 dessas 3 bandas. Ao final, verificou-se que 50 participantes escolheram Bossa da Lapa, 58 escolheram Samba do Arpoador e 52 escolheram Pagode do Méier.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 20 O número total de participantes nessa etapa final foi igual a 160.
- 21 O número de participantes que escolheram Bossa da Lapa e Samba do Arpoador foi igual a 30.
- 22 O número de participantes que escolheram exatamente uma entre Bossa da Lapa e Pagode do Méier foi igual a 58.

Acerca da proposição “Se Julieta sorri, então Romeu suspira”, julgue os itens seguintes.

- 23 A proposição dada é logicamente equivalente a “Julieta sorri e Romeu suspira”.
- 24 A negação da proposição “Se Julieta sorri, então Romeu suspira” é “Se Julieta não sorri, então Romeu não suspira”.
- 25 A proposição dada é falsa se, e somente se, Julieta sorri e Romeu não suspira.

Para a pré-estreia do filme “Pombos Mutantes do Viaduto”, um cinema distribuiu gratuitamente 176 ingressos, divididos igualmente entre homens e mulheres. Além disso, foram vendidos 185 ingressos, sendo 40% deles para mulheres e o restante para homens.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26 Entre os ingressos vendidos, 74 foram adquiridos por mulheres.
- 27 Para que houvesse igual número de homens e de mulheres na sessão, seria necessário distribuir 23 ingressos a mais, apenas para mulheres, mantendo-se inalterada a venda de ingressos.
- 28 Considerando o total de pessoas com ingresso para a sessão, é correto afirmar que, pelo menos, 31 delas fazem aniversário no mesmo mês do ano.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de segurança de redes, julgue os itens a seguir.

- 29 A criptografia contribui apenas para ocultar o conteúdo das mensagens, não tendo relação com autenticação ou integridade.
- 30 A alteração, a inserção ou a eliminação de mensagens durante a transmissão caracteriza uma forma de ataque à segurança da comunicação.
- 31 Os *firewalls* e os sistemas de detecção de invasão têm como principal função controlar o tráfego e identificar atividades suspeitas na rede.
- 32 A confidencialidade em uma comunicação segura garante que apenas o remetente e o destinatário pretendidos possam compreender o conteúdo da mensagem.

No que diz respeito aos conceitos básicos de computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 33 A computação em nuvem permite que aplicações sejam utilizadas pela Internet sem necessidade de estarem instaladas localmente no computador do usuário.
- 34 O modelo SaaS caracteriza-se pelo uso de *softwares* disponibilizados ao usuário por meio de navegadores ou serviços *web*.
- 35 A computação em nuvem elimina totalmente a necessidade de redes de computadores para o funcionamento das aplicações.
- 36 A virtualização possibilita que múltiplos sistemas operacionais utilizem o mesmo *hardware* físico de forma independente.

Com base nos conceitos básicos de instalação de periféricos e de uso da Internet, julgue os itens a seguir.

- 37 A instalação de periféricos ocorre de forma totalmente independente do *software*, pois o *hardware* é capaz de se autogerenciar.
- 38 A presença de banco de dados em um *site* é obrigatória, pois nenhum *site* pode existir sem armazenar conteúdo em base de dados.
- 39 A interatividade em páginas da *Web* pode ocorrer sem recarregar toda a página, por meio de recursos que modificam o conteúdo exibido no navegador.
- 40 Os *sites* de busca retornam ao usuário apenas anúncios pagos, não apresentando resultados gratuitos ou orgânicos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base nos fundamentos da ética no setor público e em sua aplicação à função pública no âmbito do CRFa-1ª Região, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública exige que o agente subordine os seus interesses pessoais ao interesse público, orientando a sua conduta pela moralidade administrativa.
- 42** Os princípios éticos aplicáveis ao servidor público limitam-se aos deveres expressos em lei, sendo facultativa a observância de valores morais não positivados.
- 43** A probidade administrativa constitui exigência ética fundamental, caracterizada pela honestidade, integridade e lealdade no exercício da função pública.
- 44** O princípio da impessoalidade impede que o agente público atue com favorecimento ou perseguição, assegurando tratamento isonômico aos administrados.
- 45** A eficiência administrativa pode ser alcançada mediante supressão de garantias processuais dos administrados, priorizando-se exclusivamente a celeridade.

À luz da Lei nº 8.429/1992 e de suas alterações, julgue os itens seguintes, no que diz respeito aos atos de improbidade administrativa.

- 46** A Lei nº 8.429/1992 caracteriza como improbidade administrativa os atos que importem enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação aos princípios da Administração Pública.
- 47** Os atos que causem lesão ao erário caracterizam improbidade administrativa apenas quando for comprovado dolo do agente público.
- 48** A mera transgressão a princípios administrativos, sem enriquecimento ilícito ou dano ao erário, configurará improbidade administrativa.
- 49** Os particulares que induzam ou concorram para a prática de atos de improbidade não se sujeitam às sanções da Lei nº 8.429/1992.

Quanto às sanções aplicáveis aos agentes públicos que praticam atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 50** As sanções por atos de improbidade incluem perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, o pagamento de multa e a proibição de contratar com o Poder Público.
- 51** A aplicação das sanções por improbidade administrativa independe de prévia decisão judicial transitada em julgado.
- 52** O ressarcimento ao erário é imprescritível, podendo ser cobrado a qualquer tempo do responsável por lesão ao patrimônio público.
- 53** A responsabilização por improbidade administrativa exclui automaticamente as esferas penal e disciplinar.

Acerca da Lei nº 9.784/1999 e de suas alterações, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 54** A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito dos processos administrativos na esfera federal, sendo aplicável subsidiariamente aos estados e aos municípios que não possuam legislação própria.
- 55** A motivação dos atos administrativos é exigida em decisões que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, bem como nas que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

- 56** O prazo para a decisão em processo administrativo é de até 30 dias, sendo prorrogável por igual período mediante justificativa expressa.
- 57** O interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado no processo administrativo, devendo tal desistência ser homologada pela Administração.

A respeito dos direitos e deveres dos administrados no processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 58** A Administração pode indeferir pedido de vista de processo administrativo sob fundamento de sigilo genérico, sem especificar as razões da restrição.
- 59** O interessado possui direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais devem ser objeto de consideração pela Administração.
- 60** A ausência de motivação em ato administrativo que afete direitos do administrado constitui vício que pode ensejar anulação.
- 61** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício pela Administração ou mediante provocação do interessado.

Acerca da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), do Decreto nº 7.724/2012 e do Decreto nº 9.830/2019, julgue os itens seguintes.

- 62** A publicidade é o princípio geral no acesso às informações públicas, sendo o sigilo admitido apenas excepcionalmente nas hipóteses legalmente previstas.
- 63** As informações classificadas como ultrassecretas possuem prazo máximo de restrição de 25 anos, improrrogável em qualquer hipótese.
- 64** A negativa de acesso à informação deve ser fundamentada pela Administração, cabendo recurso ao interessado em caso de indeferimento.
- 65** As informações pessoais possuem acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 50 anos, a contar de sua data de produção.
- 66** O Decreto nº 9.830/2019 dispõe acerca da classificação de documentos públicos sigilosos e revoga integralmente a Lei nº 12.527/2011.

A respeito da proteção de dados pessoais, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da atuação do Poder Público, julgue os itens a seguir.

- 67** A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras gerais acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive no âmbito digital, aplicáveis tanto ao setor privado quanto ao Poder Público.
- 68** A negativa de acesso à informação dispensa fundamentação quando se baseia em razões de segurança nacional, cabendo recurso ao interessado apenas após análise administrativa interna.
- 69** No tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, a LGPD dispensa qualquer base legal específica, bastando o interesse público genérico para legitimar o uso das informações.
- 70** A LGPD prevê sanções administrativas, como advertência e multa, bem como publicização da infração e bloqueio ou eliminação de dados pessoais relacionados à infração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir, em relação à organização do Estado, à Administração Pública e ao controle da administração financeira e orçamentária.

- 71** A submissão dos conselhos profissionais à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial encontra fundamento no princípio republicano e no dever de prestar contas previsto na Constituição Federal de 1988.
- 72** A autonomia administrativa e financeira conferida às autarquias especiais afasta a competência do tribunal de contas para fiscalizar a aplicação de seus recursos.
- 73** O controle interno da Administração Pública tem como uma de suas finalidades apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

À luz da Lei nº 10.303/2001, que alterou as normas da Lei das Sociedades por Ações, julgue os itens seguintes.

- 74** As alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/2001, ao fortalecerem a proteção aos acionistas majoritários, produziram reflexos indiretos na contabilidade societária, especialmente quanto à transparência, à evidenciação e à qualidade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
- 75** Por possuir natureza estritamente societária, a Lei nº 10.303/2001 não produz quaisquer efeitos sobre o conteúdo, a qualidade ou a evidenciação das informações contábeis, limitando-se à disciplina das relações jurídicas entre acionistas.

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, julgue os itens a seguir.

- 76** O regime do Simples Nacional unifica a arrecadação de tributos, mas não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias previstas em legislação específica.
- 77** A opção pelo Simples Nacional afasta a competência fiscalizatória dos entes federativos, concentrando a atuação fiscal exclusivamente no ente responsável pela arrecadação unificada dos tributos.

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 78** A segregação de funções é expressamente prevista na Lei nº 14.133/2021 como mecanismo de governança e de controle, produzindo reflexos diretos sobre os controles internos e os registros contábeis relacionados às contratações públicas.
- 79** Por anteceder a execução da despesa, a fase de planejamento da contratação pública prescinde de compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA, não produzindo reflexos contábeis até o início da execução orçamentária.

Quanto à Lei nº 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 80** A Lei nº 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro aplicáveis à elaboração, à execução e ao controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo da competência normativa suplementar dos entes federativos.
- 81** O empenho da despesa gera para o Estado obrigação formal assumida, sem constituir direito subjetivo imediato ao pagamento pelo credor, cuja exigibilidade permanece condicionada à regular liquidação.
- 82** A Lei nº 4.320/1964 admite, em caráter excepcional, a realização de despesa sem prévio empenho, inclusive no regime de suprimento de fundos, desde que exista disponibilidade financeira suficiente.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os itens seguintes.

- 83** A LRF não se aplica às autarquias especiais que não integrem o orçamento fiscal.
- 84** O extrapolamento dos limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101/2000 acarreta, de forma automática, a aplicação de vedações administrativas enquanto perdurar o excesso, sem prejuízo da apuração posterior de responsabilidade do agente público.
- 85** A responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, pressupõe ação planejada e transparente voltada à prevenção de riscos e à correção de desvios capazes de comprometer não apenas o equilíbrio imediato, mas também o equilíbrio intertemporal das contas públicas.

No que concerne à Lei nº 11.941/2009, julgue os itens a seguir.

- 86** Os efeitos contábeis decorrentes de parcelamentos previstos na Lei nº 11.941/2009 restringem-se ao fluxo de caixa, sem impacto patrimonial.
- 87** A Lei nº 11.941/2009 instituiu mecanismos de parcelamento e regularização de débitos tributários federais, com reflexos contábeis no reconhecimento e na mensuração de passivos.

No que diz respeito aos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 88** O princípio da competência impõe o reconhecimento das receitas e das despesas no período em que ocorrem os respectivos fatos contábeis, ainda que seja inexistente o ingresso ou o desembolso financeiro.
- 89** A observância do princípio da prudência autoriza a constituição de provisões para perdas incertas, ainda que inexistam evidências objetivas suficientes de que a perda seja provável.
- 90** A aplicação seletiva dos princípios contábeis, orientada por conveniência administrativa, é admissível desde que a entidade evidencie tal escolha em notas explicativas, assegurando transparência aos usuários das demonstrações contábeis.

Com base nos conceitos de patrimônio, de ativo, de passivo e de situação líquida, julgue os itens seguintes.

- 91** O reconhecimento de um passivo exige a existência de obrigação presente, a qual é resultante de evento passado, cuja liquidação resulte em saída de recursos.
- 92** A simples expectativa de gasto futuro autoriza o reconhecimento contábil de passivo exigível.
- 93** A situação líquida negativa indica, necessariamente, que o valor econômico da entidade é inferior ao montante de suas obrigações, ainda que existam ativos não reconhecidos contabilmente, capazes de gerar benefícios econômicos futuros mensuráveis e controlados pela entidade.

Em relação aos fatos contábeis e as suas variações patrimoniais, julgue os itens a seguir.

- 94** O recebimento antecipado de valores relativos à prestação de serviços ainda não executados configura, no momento do ingresso financeiro, fato contábil permutativo, por implicar aumento de ativo concomitante ao reconhecimento de passivo, sem alteração imediata da situação líquida.
- 95** A apropriação periódica da receita recebida antecipadamente, à medida que a entidade satisfaz a obrigação de desempenho decorrente da prestação do serviço, caracteriza fato contábil modificativo diminutivo, por implicar o reconhecimento de receita e o consequente aumento da situação líquida.

No que concerne ao conceito, à função e à classificação das contas contábeis no âmbito da escrituração, julgue os itens seguintes.

- 96** As contas patrimoniais evidenciam a posição dos bens, dos direitos e das obrigações da entidade em determinada data, enquanto as contas de resultado registram, ao longo do período, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, sendo encerradas ao final do exercício para a apuração do resultado e para sua incorporação ao patrimônio líquido.
- 97** A classificação das contas em ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas constitui a base de um plano de contas, devendo ser complementada conforme o porte, a complexidade e a natureza das atividades da entidade.

No que diz respeito à escrituração contábil, a seus elementos e às fórmulas de lançamento, julgue os itens a seguir.

- 98** Ainda que um lançamento contábil envolva mais de duas contas ou que seja utilizado para a correção de erro mediante estorno ou lançamento complementar, deverá ser preservada a igualdade algébrica entre o somatório dos valores debitados e o somatório dos valores creditados.
- 99** O lançamento de estorno tem por finalidade anular, total ou parcialmente, o lançamento anteriormente efetuado, mediante inversão dos débitos e dos créditos originais, de modo a neutralizar os seus efeitos patrimoniais, sem produzir variação líquida adicional no patrimônio da entidade.
- 100** A retificação de lançamento deve ser realizada, preferencialmente, por meio de lançamento complementar, ainda que tal procedimento prejudique a rastreabilidade do erro originalmente cometido, desde que o saldo final das contas envolvidas seja corretamente ajustado.

Acerca dos critérios de avaliação e mensuração dos componentes patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na estrutura conceitual, julgue os itens seguintes.

- 101** A mensuração de ativos ao custo histórico constitui regra geral, podendo ser substituída por outros critérios de mensuração, como valor justo, valor presente ou valor recuperável, quando tal substituição for expressamente requerida ou permitida por norma contábil específica.
- 102** A aplicação de teste de recuperabilidade de ativos é incompatível com o pressuposto da continuidade, por pressupor, ainda que implicitamente, a intenção da Administração de interromper ou reduzir substancialmente as operações da entidade.

Em consonância com a finalidade, a estrutura e o conteúdo informacional das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 103** Variações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem trânsito pela Demonstração do Resultado do Exercício, não devem ser evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, por não afetarem o resultado do período.
- 104** A reclassificação de passivo do longo para o curto prazo, motivada exclusivamente pela proximidade do vencimento, altera apenas a estrutura do balanço patrimonial, sem impacto no resultado ou no patrimônio líquido.

105 A contabilidade pública tem por objeto o patrimônio público e aplica-se às entidades da Administração Direta e da administração indireta, excetuadas aquelas dotadas de autonomia administrativa e financeira, como as autarquias especiais.

106 A contabilidade pública restringe-se ao controle orçamentário, sendo o registro patrimonial e a mensuração de custos meramente acessórios, ainda que observadas as orientações do MCASP.

A respeito do orçamento público, de seus princípios e do ciclo orçamentário, julgue os itens seguintes.

107 No ciclo orçamentário, a execução da despesa pode anteceder a elaboração da lei orçamentária anual, desde que posteriormente convalidada pelo Poder Legislativo.

108 O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas legalmente orçamentárias integrem a lei orçamentária anual, sendo vedada a compensação entre elas, ainda que ela seja resultante de operações interdependentes.

Em relação à receita e às despesas públicas, aos seus conceitos, às suas classificações e aos seus estágios, julgue os itens a seguir.

109 A receita orçamentária somente produz reconhecimento contábil quando da arrecadação, por ser esse o estágio em que se aperfeiçoam, simultaneamente, o ingresso financeiro e o efeito patrimonial correspondente.

110 A despesa empenhada representa a obrigação assumida pelo ente público, cujo reconhecimento ocorre antes da verificação do direito do credor, permanecendo a sua exigibilidade condicionada à posterior liquidação.

111 A classificação da despesa pública por natureza permite identificar o objeto do gasto e os seus efeitos econômicos, ainda que dissociada da finalidade governamental expressa nos programas e nas ações orçamentárias.

Com base no conceito e na classificação do patrimônio público, julgue os itens seguintes.

112 Os bens de uso comum do povo integram o patrimônio público, ainda que estejam submetidos a um regime jurídico de inalienabilidade enquanto for mantida a afetação à finalidade pública.

113 Os aspectos qualitativos do patrimônio público restringem-se à mensuração monetária dos bens, dos direitos e das obrigações, sendo irrelevantes, para fins contábeis, a natureza, o uso e a destinação dos bens públicos.

Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

114 O PCASP viabiliza a consolidação das contas públicas em âmbito nacional ao estabelecer a padronização mínima da estrutura de contas e dos critérios essenciais de registro, admitindo as adaptações pelos entes federativos, desde que seja preservada a compatibilidade com o padrão nacional.

115 No setor público, o balanço patrimonial evidencia o ativo, o passivo e o patrimônio líquido, também denominado saldo patrimonial, o qual corresponde exclusivamente ao resultado da execução orçamentária do exercício financeiro.

116 A demonstração das variações patrimoniais restringe-se às variações decorrentes da execução orçamentária, sendo os efeitos patrimoniais de fatos extraorçamentários, inclusive os de natureza não financeira, evidenciados exclusivamente no balanço patrimonial.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item seguinte.

117 O MCASP subordina o reconhecimento das variações patrimoniais ao cumprimento prévio dos estágios orçamentários da receita e da despesa, de modo que, sem arrecadação ou liquidação, não haverá registro patrimonial correspondente.

Quanto à escrituração e às operações contábeis, julgue o item a seguir.

118 A conciliação bancária tem por finalidade identificar e ajustar as diferenças entre o saldo contábil e o saldo informado pela instituição financeira, inclusive aquelas decorrentes de eventos tempestivos ainda não registrados por uma das partes, sem alterar indevidamente a natureza das contas envolvidas.

Acerca das retenções na fonte e das obrigações acessórias, julgue o item seguinte.

119 A retenção de INSS incidente sobre serviços tomados transfere ao tomador a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição retida, bem como o dever de prestar informações correspondentes em obrigações acessórias próprias, ainda que o prestador seja o contribuinte original da exação.

Em consonância com os conceitos, com os procedimentos e com os controles aplicáveis à auditoria, julgue o item a seguir.

120 A robustez dos controles internos e a adequada organização das informações contábeis permitem ao auditor presumir risco de auditoria residual irrelevante, limitando os procedimentos substantivos a testes meramente formais.